



Interdisciplinary

LINKSCIENCEPLACE
Scientific Journal

ISSN: 2358-8411

DOI: 10.17115



Interdisciplinary Scientific Journal. ISSN: 2358-8411

Nº 3, volume 4, article nº 13, April/June 2017

D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v4n3a13>

Accepted: 25/08/2017 Published: 30/09/2017

PUBLIC EDUCATION POLICIES: ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN QUESTION

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO

Solange Batista de Souza¹

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa

Shirlena Campos de Souza Amaral²

Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Cassiana Ferreira Simões³

Mestranda na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Abstract: The present study aims to analyze the access to higher education of the students of the popular classes, from the implementation of public policies to democratize this access, specifically in the Viçosa-MG city. It is a qualitative research, with a case study through the application of questionnaires to 50 high school students of the public basic education. From the data collected, the following results were obtained: the indication for some students' demands for admission to higher education; the small number of places in public universities; there are lack of financial resources what allow the maintenance and completion of the course.

Key words: Youth; higher education; Policies Public.

Resumo: O presente artigo objetiva analisar em que medida tem sido possível o acesso ao ensino superior pelos alunos das classes populares, a partir da implementação de políticas públicas de democratização do acesso a essa modalidade de educação, especificamente no município de Viçosa-MG. Trata-se de uma pesquisa

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, desenvolvendo pesquisas dentro área de concentração: Cultura, Processos Sociais e Conhecimentos, solange_ueg@hotmail.com

² Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atuação em implementação de projetos relativos à Educação em Direitos Humanos e Cidadania, como a capacitação de professores e gestores de escolas estaduais de ensino médio das coordenadorias regionais do Norte e do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, shirlenacsa@gmail.com

³ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2004). Atualmente é assistente social da Fundação Municipal Hospitalar de Macaé e assistente social da Universidade Federal Fluminense, cassiana_simoies@hotmail.com

qualiquantitativa, em caráter de estudo de caso mediante a aplicação de questionários a 50 estudantes do ensino médio da rede pública de educação básica. A partir da coleta de dados, obtiveram-se os seguintes resultados: o apontamento para algumas demandas dos alunos para ingresso no ensino superior, como o ínfimo número de vagas nas universidades públicas e a falta de recursos financeiros que possibilitem a manutenção e a conclusão do curso.

Palavras-chave: Juventude; Ensino Superior; Políticas Públicas.

Introdução

As transformações de ordem socioeconômica e cultural em recorrência na sociedade brasileira desde o fim do século XX vêm provocando mudanças na vida da população brasileira, sobretudo no cenário educacional. Na última década, presenciamos aumento considerável de mecanismos que possibilitassem o acesso à educação de nível superior, e com isso o surgimento de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) volvidas a ofertar essa modalidade de ensino. A partir desse fenômeno, a temática da educação superior vem passando por um processo de democratização, visando promover o acesso à educação para todos.

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que ampliar o acesso ao ensino superior e propiciar a isonomia fundamentada em uma educação de qualidade é condição essencial para o processo de desenvolvimento econômico e social do país, sendo necessário não apenas ampliar o acesso e a expansão da educação superior no Brasil, mas também assegurar a permanência dos graduandos durante o período em que se encontram matriculados em seus cursos de graduação.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior no Brasil, divulgados no ano de 2010, o número de matrículas nos cursos de graduação no lapso temporal de 2001 a 2010 cresceu em 110,1%, perfazendo um total de 6.379.299 alunos matriculados, o que significa mais do que o dobro de matrículas, se comparado ao número de matriculados em 2001. E ainda, **conforme dados da sinopse do ensino superior de 2014 o total de instituições de ensino superior no Brasil em 2014 era de 2368, sendo 298 públicas e 2070 privadas⁴. O número de novas vagas total foi de 6.345.652, sendo 5.751.766 nas instituições particulares contra 593.886 nas públicas.**

⁴ Dados da Sinopse da Educação Superior de 2014/ MEC/INEP.

Nesse ínterim emerge uma crescente busca dos indivíduos por formação em nível superior, a qual se procede por vários motivos: a busca por trabalhos especializados, oriundos do crescimento econômico do País, e também devido a implementação de políticas públicas de incentivo ao acesso ao Ensino Superior, de grupos que vem passando por constante processo de exclusão social, assim como de acesso a direitos, com destaque para: **o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais)**, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a associação das políticas de ação afirmativa, em especial, a modalidade cotas.

Os programas de acesso ao ensino superior inserem-se no âmbito das políticas públicas de ação afirmativa, visto que, objetivam corrigir as lacunas deixadas pela ineficiência de políticas anteriores. Conforme aponta Cury (2005), os programas de acesso ao ensino superior buscam também, oportunizar a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Nessa perspectiva, mediante o cenário apresentado, o presente artigo busca analisar em que medida tem sido possível o acesso ao ensino superior pelos alunos de escolas públicas, a partir das novas configurações assumidas pelo ensino superior, mediante a contribuição de políticas públicas de acesso a essa modalidade de educação, especificamente no município de Viçosa, cidade universitária situada na zona na mata mineira, onde se localiza a unidade polo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), destacada no cenário nacional e internacional pela qualidade do ensino oferecido. A cidade também comporta outras instituições de ensino superior, como a Faculdade de Viçosa (FDV), a Universidade de Viçosa (UNIVIÇOSA), e a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), recebendo todos os anos um grande contingente de estudantes de outras regiões e também do exterior.

Especificamente, foram elaborados como objetivos: compreender a importância do ensino superior na vida dos jovens; analisar quais são as expectativas dos alunos em relação ao ingresso ao ensino superior; entender como os jovens avaliam a efetividade das políticas públicas vigentes de acesso ao ensino superior (PROUNI, FIES, e REUNI).

Neste estudo, faz-se ainda, um recorte considerando o que representa para o jovem o ingresso ao ensino superior, sem deixar de fazer referência, quando

necessário, a outros importantes aspectos existentes sobre a condição juvenil, para que se possa tornar mais clara à compreensão de tal categoria. Entendendo o ingresso no ensino superior como fator de grande importância em suas vidas, permanece o seguinte questionamento: Em que medida tem se concretizado o acesso ao ensino superior pelos alunos de escolas públicas?

Os jovens e as políticas educacionais de acesso ao ensino superior

Analisar o sentido da educação superior como elemento socialmente representado pelos jovens alunos oriundos das classes populares constitui como indispensável para proporcionar a compreensão da perspectiva dos sujeitos que compõem esse grupo social, seus modos de pensar e agir, formas de interação, valores, entre outros; o que pode colaborar para uma melhor elaboração de políticas e programas voltados para a educação e a juventude. Desse modo, o estudo da transição escola - universidade contribui para superação de considerações, estereótipos e conceitos sobre a juventude.

Na última década, a relação existente entre jovens, educação e trabalho no Brasil tem sido o alvo de diversas pesquisas (SPOSITO, 2005; CORROCHANO, 2001) que apontam para uma juventude brasileira constituída por diversidades, seja na esfera do trabalho, da educação ou lazer.

Nesse contexto, Corrochano (2013) enfatiza que é recente a participação da sociedade no que se refere aos problemas enfrentados pelos jovens no campo da formação profissional e do trabalho, segundo a autora:

[...] é especialmente no contexto dos anos 1990 que o debate sobre o papel da educação e da qualificação profissional, bem como sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho, ganha visibilidade na cena pública brasileira [...] (CORROCHANO, 2013, p.28).

Acredita-se que para compreender a juventude torna-se necessário integrar as relações sociais, culturais, políticas e econômicas, algumas Instituições e Organismos como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) assumem como objetivo a necessidade de elaborar ações e políticas que considerem questões

como a educação voltada para o trabalho e a inserção profissional do adolescente por meio de programas institucionais.

No entanto, para a melhor compreensão da categoria juventude, é necessário considerar quem é o jovem para qual estão sendo pensadas e elaboradas as ações orientadas à equidade social. Assim sendo, Pais (2003, p.56) observa que não há somente uma categoria de juventude, portanto, é prudente que os jovens sejam estudados a partir de seu contexto, tendo em vista seu cotidiano, pois: “[...] é no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articula com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação [...]”.

Desse modo, entende-se que são vários os aspectos que interferem nas experiências vivenciadas por esses sujeitos em suas trajetórias de vida; entre os caminhos percorridos ainda na juventude, é fundamental destacar o processo de inserção no mundo do trabalho, o qual, de acordo com as demandas da sociedade capitalista, ocorre principalmente a partir da formação de nível superior.

Na última década presenciamos um expressivo aumento no número de matrículas no ensino superior, entretanto, Corrochano (2013) salienta que é necessário compreender as origens, as experiências vivenciadas e os projetos de vida dos jovens universitários para que se possa construir uma educação superior que amplie as expectativas dos estudantes, posto que:

Especialmente em relação ao ensino superior, observa-se que, mesmo diante da inegável ampliação do acesso a esse nível de ensino nos últimos anos, ainda que majoritariamente no ensino superior privado, há um contingente significativo de jovens que sequer projetava a realização desse nível de ensino, ao mesmo tempo que não encontra possibilidades de formação em outros tempos e espaços, permanecendo fortemente premidos pela necessidade de responder às necessidades materiais de existência (CORROCHANO, 2013, p.40).

Carmo et al. (2014) ao pesquisar o ensino médio e o ensino superior no Brasil, concluíram que as diferenças existentes entre diferentes regiões do País são alarmantes. Em todas as áreas pesquisadas, foi identificada uma profunda disparidade entre a qualidade do ensino oferecido na rede pública e privada, evidenciando um sério problema de ordem nacional. Assim, para a garantia da efetividade das políticas públicas educacionais se faz necessário conhecer e

compreender o modo de vida dos jovens, seus anseios e demandas, visto que, mesmo os jovens que conseguem superar as adversidades e ingressar no ensino superior, não possuem garantias de conclusão de curso. Como afirma Carmo et al. (2015, p.323) “[...]há estudantes tão carentes que não tem condições de entrar e permanecer no ensino superior, mesmo quando gratuito[...]”.

É diante desse cenário social desfavorável que cabe questionar o papel das políticas públicas e sua efetividade, uma vez que, é evidente que os jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social não necessitam apenas de vagas na universidade pública ou gratuidade integral ou parcial da rede privada, mas também de condições que apenas as universidades públicas podem oferecer, como por exemplo, moradia estudantil em alojamentos, alimentação de qualidade a preço acessível em restaurantes universitários, bolsas de iniciação a pesquisa, dentre outros incentivos que a infraestrutura das instituições públicas pode outorgar.

Desta forma, acredita-se que se faz necessário a articulação de políticas focais a políticas estruturais, que viabilizem a permanência destes discentes na universidade. Concordamos com Fábio Waltenberg (2013, p. 67), quando afirma que no Brasil, nem acesso, nem permanência são assuntos resolvidos.

No Ensino Superior, medidas recentes caminham no sentido de ampliar o acesso à universidade para um conjunto mais heterogêneo de jovens, porém, todas requererão mais recursos para garantir ainda mais acesso ao Ensino Superior, mas também permanência dos alunos e qualidade dos cursos. A consolidação da expansão via Reuni exigirá recursos adequados para, nos novos campi, sanar carências infraestruturais e reduzir carga docente; o Prouni poderá ser expandido para aumentar a matrícula, mas isto também tem custos; a ampliação das cotas demandará recursos para acolhimento e acompanhamento do corpo discente- (WALTEMBERG,2013, p.83).

No Brasil, as políticas de ação afirmativa ganharam destaque principalmente por meio de movimentos sociais, com grande participação social no País. Tais movimentos exercem um empenho relevante no sentido de ampliar a inclusão social no ensino superior, reivindicando não apenas o acesso, mas também a assistência e orientação necessária aos estudantes (APRILE e BARONE, 2008).

Considera-se que as ações afirmativas também são desenvolvidas no Ensino Superior nas IES privadas, por meio de programas criados pelo Governo Federal de acesso ao mesmo, dentre eles o PROUNI, que oferece um número grande de bolsas

de estudos mediante a isenção de impostos às universidades que aderem ao programa (FERREIRA & HERINGER, 2009).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pelo Governo Federal em 2004, como medida provisória, sendo então institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13/01/2005, tendo como objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais (50%) em cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Trata-se de um programa direcionado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, sendo que, nessa última, na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo para a bolsa integral e, quando a renda per capita familiar exceder esse limite e for menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá se candidatar a uma bolsa parcial (50%). O aluno que for bolsista parcial do PROUNI pode utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para pagar o restante da mensalidade, sem a necessidade de avalista.

De acordo com MEC (2013):

O Prouni insere-se no âmbito das políticas públicas concebidas para democratizar o acesso à educação por meio da valorização do mérito do estudante. Sua relevância social sustenta-se no propósito de atender, de forma geral, estudantes desprovidos de recursos financeiros ou pertencentes a um determinado grupo étnico (MEC, 2013, p.34).

Contudo concordamos com Neves quando salienta que:

Diferentemente da experiência de alguns países que tem programas de apoio fortemente concentrados nos estudantes, através de empréstimos ou bolsas, no Brasil o apoio dá-se significativamente às instituições de ensino superior através da isenção tributária e previdenciária para as consideradas filantrópicas (NEVES, 2012, p.4).

O programa conta ainda com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo seletivo, no qual os candidatos são selecionados por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM constituindo desse modo, que a inclusão é efetivada aos estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos. O qual, segundo dados do site PROUNI, desde a sua criação até o segundo semestre do ano de 2016, já atendeu mais de 1,9 milhões de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído com a finalidade de criar condições para ampliar o acesso e permanência dos alunos na Educação Superior, em nível de graduação, bem como, um melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos das Universidades Federais, as quais desejarem a adesão ao programa deverão apresentar um plano de reestruturação dentro das diretrizes decretadas pelo mesmo. Para Neves (2012, p. 14):

A principal política governamental para o ensino superior, instituída em 2007, foi o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (REUNI). Seu objetivo era a expansão do acesso e ampliação das matrículas nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais. O programa também tem como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor ao final de cinco anos. As despesas são financiadas com dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

O Ministério da Educação para alcançar seus objetivos de expansão do ensino superior, além das 14 novas universidades criadas e ampliação das universidades existentes, prevê a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação, propondo uma reestruturação não apenas de ordem quantitativa, mas também qualitativa (HADDAD, 2008, apud MEC, 2013).

A fim de alcançar os objetivos traçados, todas as universidades federais que aderiram ao programa deverão apresentar ao ministério, planos de reestruturação de acordo com as orientações do REUNI. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Analisando dados disponibilizados pelo MEC, percebe-se o crescimento de aproximadamente 30 mil vagas de ensino superior no período compreendido entre 2003 -2007, contudo no período concernente ao REUNI (2007-2011), se deu um crescimento exponencial, superando 90.000 vagas.

No que concerne ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), constitui-se em um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a educação superior em instituições privadas conforme preceituado na Lei 10.260/2001. Desde a

promulgação da referida lei, várias mudanças ocorreram em sua formatação e critérios para concessão do financiamento. Hoje o FIES só pode ser requerido por estudantes com renda per capita de até 3 (três) salários mínimos e a classificação se dá por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Cumprе ressaltar, que os programas FIES e PROUNI podem ser referenciados como um clássico exemplo de política pública não estatal:

[...] na medida em que a educação é um bem público e instituições públicas e privadas prestam esse serviço público para o conjunto da sociedade, está naturalizada a alocação de verba pública para as instituições privadas e o financiamento privado das IES públicas (LIMA, 2007, p. 179).

Vale ressaltar que o FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Todas as operações de adesão das instituições de ensino, bem como de inscrição dos estudantes são realizadas pela internet, o que constitui em comodidade e facilidade para os participantes e o orçamento destinado ao FIES saltou de 2 bilhões em 2010, para mais de 16 bilhões em 2015 (SIAFI, 2017).

A pesquisa

Os participantes da pesquisa faziam parte da população de alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio de uma escola pública da rede estadual no município de Viçosa-MG. A escolha da escola em questão ocorreu pelo fato de que essa se localiza em um bairro de classe popular da cidade, caracterizado como comunidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade social e econômica, particularidade essencial para o desenvolvimento deste estudo.

Como já referenciado, a pesquisa aqui em destaque é de natureza quantitativa, realizada por meio da aplicação de questionários estruturado. O número de sujeitos que aceitaram participar da pesquisa refere-se a 50 alunos, de ambos os sexos sendo 37 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, oriundos de camadas populares, com idade entre 18 e 37 anos. Percebe-se, dessa forma, a crescente presença feminina no âmbito educacional, o que demonstra a forte presença da mulher jovem em busca de melhores condições de vida e de maior autonomia.

Com o intuito de verificar a importância do ensino superior para os jovens por meio da compreensão do valor conferido ao diploma, foi questionada a importância do ensino superior para cada sujeito, e de acordo com os dados obtidos e processados, 44 alunos consideram muito importante a conquista de um diploma de nível superior; e para seis dos estudantes pesquisados, o processo de conclusão do ensino superior, mesmo sendo importante para a construção de um projeto de vida, não é garantia de melhores condições de vida, tampouco de inserção no mercado de trabalho.

Sobre esse aspecto, Garcia (2009, p.216) chama a atenção para o fato de que:

[...] a vinculação entre mercado, trabalho e escolaridade tem o perverso efeito de excluir os não escolarizados, questão essa percebida pelos jovens das camadas populares que se esforçam para se manterem no sistema de ensino até conseguirem o diploma.

Destarte, a ideia de que a responsabilidade total pelo sucesso ou fracasso é atribuída apenas aos sujeitos, atrelado ao fato de que os empenhos políticos e sociais são cada vez menos eficazes tem feito com que a juventude, em muitas ocasiões, necessite de orientações que facilitem as suas escolhas e possíveis decisões a serem tomadas. Assis (2011, p.380) complementa que:

[...] nesse momento de encerramento do ensino básico, a maioria desses egressos, jovens com idade entre 17 e 24 anos e, em grande parte, oriundos das camadas populares, precisam enfrentar os problemas trazidos pela necessidade de decidir sobre os caminhos a seguir no futuro.

Quando questionados sobre a contribuição das políticas públicas de acesso ao ensino superior, 80% dos alunos responderam acreditar que ações como o PROUNI, FIES e REUNI têm contribuído muito para a ascensão do jovem ao curso superior. De acordo com o depoimento dos mesmos:

Sim, com toda certeza é uma forma de abrir as portas da universidade para pessoas que não tem condição. (Paula 23 anos)*

Sim, por que quem quer cursar um curso que só tem no particular, com esses sistemas ele consegue entrar sem tanta complicação (Daniela 18 anos).*

Tem sim, hoje em dia é mais fácil entrar na universidade do que tempos atrás (Suzane 19 anos).*

Outros 16% dos entrevistados alegaram que tais políticas públicas não têm contribuído, pois, segundo eles, nem sempre a quantidade de vagas ofertadas é

suficiente para o número de alunos que pretendem ingressar no ensino superior, conforme apontado pelos depoimentos abaixo:

Não, não tem contribuído, pois hoje as oportunidades oferecidas aos jovens são muito poucas, e acima de tudo nem sempre abrem novas portas ao futuro do jovem. (Janaina 18 anos).*

Não tem contribuído muito, acredito que o governo federal juntamente com outros governos deveria investir mais, abrindo mais bolsas para o ingresso dos estudantes na universidade. (Pedro 18 anos).*

Creio que não estão facilitando o processo do jovem á universidade, pois temos que concorrer com alunos de escolas particulares, e muitas vezes, não temos como tirar nota melhor que eles. (Nara 19 anos).*

Eu preciso trabalhar para poder ajudar minha família, e com isso não tenho como fazer um curso agora, pois preciso trabalhar... daqui uns anos talvez eu consiga. (Bruna 18 anos).*

É notório, por meio dos discursos dos sujeitos entrevistados, que existe uma grande preocupação com a permanência na universidade, pois, de acordo com os mesmos, a dificuldade não consiste apenas em conseguir ingressar, é necessário garantir a permanência durante o curso de graduação, o que pode vir a interferir na decisão dos jovens de baixa renda, pois mesmo que haja a pretensão de obter uma formação universitária, tem-se também, a necessidade de trabalhar para se sustentar, inclusive, muitas vezes para contribuir com o orçamento familiar.

Ademais, considerando a família de baixa renda como uma unidade de rendimentos, aqui se enfatiza que a opção por cursar o ensino superior afeta sobremaneira a condição sócio econômica da família, ao passo que ao optar pela matrícula pode significar menos uma força de trabalho na composição da renda familiar, e estes enfrentam veementemente a possibilidade de abandono dos estudos.

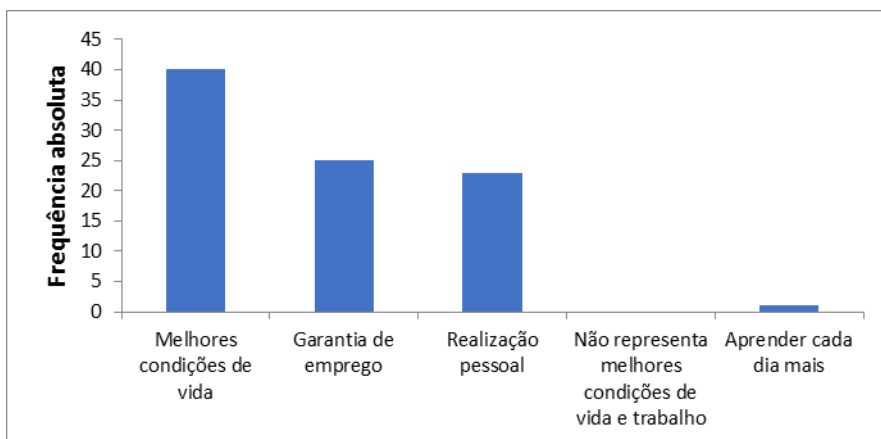
Sobre esse fato, Hasenbalg (2003) observa que entre os alunos que conciliam estudo e trabalho, muitos acabam abandonando o curso e, conseqüentemente, apresentando um baixo nível de escolaridade em relação àqueles que se dedicam exclusivamente aos estudos. De forma concomitante:

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias (ZAGO, 2006, p.235).

Conforme Pierre Bourdieu (2014) a educação exerce um papel preponderante na reprodução e legitimação das desigualdades sociais, revelando como as condições sociais prévias dos estudantes e suas famílias têm impacto na educação. Desse modo, percebe-se que as dificuldades que afetam a realidade dos alunos de escola pública e de baixa renda vão além de conquistar uma vaga na universidade. Há ainda a preocupação com as despesas com transporte, material escolar, dentre outras exiguidades, o que torna a problemática dos jovens de baixa renda e o acesso ao ensino superior muito mais ampla.

Na tentativa de compreender o que representa para os indivíduos a obtenção de um diploma de nível superior, de acordo com as suas projeções profissionais, foi elaborado um gráfico para demonstrar o que esses jovens esperam após a conclusão do curso superior. Para 40% dos jovens, a conquista do diploma significa melhores condições de vida. Outros 25% acreditam que há a garantia de emprego para os que possuem o diploma; e para quase 25% dos pesquisados o curso superior está relacionado à realização pessoal, seguido de uma minoria que relaciona o curso superior com o fato de “aprender cada dia mais”, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Opinião dos entrevistados sobre a representação do diploma de nível superior



Fonte: Dados da Pesquisa. Elaboração Própria.

Nota-se, por meio da alternativa mais assinalada, que os jovens avaliam o ensino superior como fator de grande importância em suas vidas. Destarte, entende-se que o diploma universitário representa para o grupo pesquisado um meio para a obtenção da conquista de seus objetivos e também para melhorar a condição de vida da família. Nesse sentido, Cunha (2011, p.265) observa que o ingresso ou não do jovem ao ensino superior está também relacionado ao nível de escolaridade dos pais e à renda familiar. De acordo com a autora: “[...] *o ensino superior público acaba funcionando como o instrumento possível para superar as desigualdades ou para diminuir a iniquidade no sistema educacional*”.

Desta forma, acredita-se que a educação, coadjuvando com outros determinantes passa a ser nas sociedades modernas um mecanismo de ascensão social, Zago (2006, p. 231) constata em sua pesquisa que “*O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo [...]*.” Neste sentido, apoia-se ainda em Hoffmann (2000, p.104) quando afirma: “*Não há dúvida de que a escolaridade é um determinante importante do rendimento das pessoas. A educação é um dos caminhos clássicos de ascensão social*”.

Conclusão

Ao analisar os resultados da pesquisa realizada, conclui-se que as escolhas dos alunos, na sua grande maioria, estão relacionadas às dificuldades de acesso e permanência ao ensino superior. “*Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão*” (ZAGO, 2006, p. 232), aponta-se assim, para a necessidade de ampliação das políticas públicas e dos programas voltados para o ingresso e a permanência dos jovens na universidade, que contribuam para a construção de um projeto de vida fundamentado na educação, pois a formação superior pode ser um fator decisivo para o êxito profissional.

A pesquisa demonstrou ainda, que na última década houve um expressivo aumento no ingresso nessa modalidade de ensino e, isso se deve a criação de políticas públicas para expansão do ensino superior no Brasil. Entretanto, a partir dos dados analisados e da análise da literatura referente aos jovens contemporâneos, foi possível identificar ainda as dificuldades que os jovens encontram para ingressar e permanecer no curso superior.

Desse modo, o resultado deste estudo traz à tona a realidade dos jovens brasileiros de camadas populares que não possuem condições de permanência durante o ensino superior, e sendo assim, faz-se necessária a discussão entre formação superior e juventude, para então pensar na elaboração de políticas públicas que visem garantir ao estudante as condições necessárias, tais como: alimentação, transporte, bolsas de iniciação científica, dentre outras demandas essenciais para os estudantes de baixa renda e assim contribuir com a sua permanência na instituição e a conclusão do curso de graduação.

Referências

- APRILE, M. R.; BARONE, R. M. **Políticas Públicas para acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho – O Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão.** Trabalho apresentado no VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: maio de 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/182.pdf> Acesso em: 10 de março de 2017.
- ASSIS, D. A. R.; GERKEN, P. H. S. **Escolhas de vida pós-ensino médio e representações sociais da universidade pública.** Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 17, n. 3, p. 378-395, 2011.
- BASTOS, J. C. **Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias.** Juiz de fora: *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2), 31-43.2005.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Tradução de Reinaldo Bairão, 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CARMO, E.F; CHAGAS, J. A.S; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. **Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e**

estrutura básica de formação no ensino regular. Brasília: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 95, n. 240, p. 304-327, 2014.

CORROCHANO, M. C. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior.** Sorocaba: Revista Avaliação. v. 18, n. 1, p. 23-44. 2013.

CORROCHANO, M. C. **Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo.** (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, M. A. A. **Expectativas de jovens camponeses na universidade: os desafios de uma formação em nível superior.** Goiânia: Inter-Ação, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011.

CURY, C. A. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica.** Cadernos de pesquisa (35), n. 124, SP, FCC, jan./abril, 2005.

GARCIA, D. M. F. **Juventude em tempos de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho.** São Paulo: ANNABLUME, p. 216, 2009.

HASENBALG, C. **A transição da escola ao mercado de trabalho.** In: HASENBALG, C; SILVA, N. V. (Orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, p.147-172, 2003.

HERINGER, R.; FERREIRA, R. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período de 2001-2008.** In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 137-194.

HOFFMAN, Rodolfo. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil.** In: HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e pobreza no Brasil,* Rio de Janeiro. Ed. IPEA, 2000.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira :
www.inep.gov.br

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século.** In: PEREIRA, Larissa D. & ALMEIDA, Ney Luiz T de. 2ª ed - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

Ministério da Educação e Cultura: www.portal.mec.gov.br

NEVES, Clarissa E. Baetá. **Ensino Superior no Brasil: expansão diversificação e inclusão.** Apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos) em São Francisco, Califórnia, maio 2012.

Disponível em:
www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf
(acessado em 05/07/16)

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

POCHMANN, M. **Desafios do trabalho**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

PROUNI MEC. Disponível em:
http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140, Acesso em: 13 de março de 2017.

SPOSITO, M. P. (Coord.) **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2005.

TARTUCE, G. L. B. P. **Jovens na transição escola-trabalho: tensões e intenções**. São Paulo: ANNABLUME, 2010.

WALTENBERG, Fábio. **Igualdade de oportunidades educacionais no Brasil: quão distantes estamos e como alcançá-la**. In: FONSECA, A. e FAGNANI, E. (org.). Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento: Educação, Seguridade Social, Pobreza, Política Urbana e demografia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (Vol.2), 2013, pp.65-90.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.